

## TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.023310/2017-30

### 1. OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços comuns de engenharia para elaboração de projeto de Sistema Completo de Refrigeração da unidade de arquivamento do Escritório Central da ANCINE, situado na Rua Morais e Vale, 111, 2º andar, Lapa, Rio de Janeiro/RJ.

1.2. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O arquivo da ANCINE, encontra-se localizado na unidade da Rua Morais e Vale, 111, 2º andar, Lapa, Rio de Janeiro/RJ, em razão do número crescente de processos físicos para armazenamento e guarda em local devidamente estruturado para esta finalidade.

2.2. O arquivo tem a importante função de receber os mais variados documentos de todos os setores da ANCINE, tanto os que já tenham passado de sua fase primária ou os que sejam pouco consultados. Apesar de alguns desses documentos poderem ser eliminados após cumprirem seu prazo determinado pela tabela de temporalidade, muitos deles são de guarda permanente e por isso devem ficar sob a guarda de seu órgão detentor.

2.3. Desta forma, a ANCINE está em processo de adequação da Unidade III do Escritório Central da ANCINE - situado na Rua Morais e Vale, 111, 2º andar, Lapa, Rio de Janeiro. A área de arquivo deve possibilitar condições para o trabalho técnico e administrativo, bem como possuir áreas de depósito reservadas, com condições climáticas e de segurança especial, sendo necessária a elaboração de projeto específico de climatização voltada a guarda e conservação de documentos, e ainda, a elaboração do orçamento detalhado.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. O objeto será realizado mediante a forma de execução indireta, sob o regime de empreitada global, pelo menor preço global, conforme as especificações deste Termo de Referência.

3.2. A presente contratação tem por objetivo o desenvolvimento de projeto de engenharia para subsidiar a futura contratação da execução (fornecimento e instalação) do Sistema de Refrigeração da Unidade III do Escritório Central da ANCINE no Rio de Janeiro, situado na Rua Morais e Vale, 111, 2º andar, Lapa, Rio de Janeiro.

3.3. Estão no escopo da presente contratação os seguintes serviços técnicos:

- 3.3.1. Desenhos técnicos (em plantas, vistas, cortes, isométricos, etc.);
- 3.3.2. Especificações técnicas;
- 3.3.3. Memorial descritivo;
- 3.3.4. Caderno de encargos;
- 3.3.5. Planilha orçamentária e outros documentos que se fizerem necessários;

### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido

decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. **A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício** entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. Os serviços e seus respectivos quantitativos estão discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços (ANEXO 1C do Termo de Referência), e deverão ser executados de acordo com as orientações contidas nos cadernos técnicos do SINAPI;
- 5.1.2. Serviço de caráter não -continuado, conforme artigo 16, da IN 5;
- 5.1.3. Os critérios e práticas de sustentabilidade estão especificados no item 10 - Obrigações da Contratada, do Termo de Referência;
- 5.1.4. Prazo de execução: 120 (cento e vinte) dias para execução do projeto;
- 5.1.5. Prazo de vigência contratual: 6 (seis) meses;
- 5.1.6. Cronograma financeiro: pagamento por execução de projetos conforme cronograma físico-financeiro
- 5.1.7. Considerando tratar-se o objeto de serviços comuns de engenharia, não há necessidade de transferência de tecnologia da contratada para a contratante;
- 5.1.8. As soluções adotadas são as mais usuais adotadas pelas empresas de engenharia;
- 5.1.9. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;
- 5.1.10. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas nos itens 9 e 10 do Termo de Referência.

## **6. VISTORIA FACULTATIVA PARA A LICITAÇÃO**

6.1. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 18 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 3037-6272.

6.2. Na vistoria facultativa – condição adicional à análise das peculiaridades do serviço licitado e das condições locais para a futura execução contratual – os Licitantes através de representante devidamente credenciado, terão a oportunidade de tomar conhecimento dos locais de execução dos serviços e dirimir suas dúvidas quanto à interpretação das especificações técnicas, bem como das possíveis dificuldades ou obstáculos para o bom desempenho das atividades inerentes ao objeto;

6.2.1. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas ao pregoeiro, antes da data fixada para a sessão pública.

6.2.2. A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

6.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, observado o prazo mínimo de oito dias entre a publicação do edital e a apresentação da proposta.

6.3.1. A Visita Técnica Facultativa, no caso de interesse do licitante, deverá ser agendada junto ao Escritório Central da ANCINE, na Avenida Graça Aranha, 35, Sala 204, telefone (21) 3037-6271, nos dias úteis, no horário de 10 às 16 horas;

6.3.2. Ao término da vistoria, a Licitante deverá receber o “Atestado de Vistoria” assinado e datado em duas vias pelos responsáveis de ambas as partes, onde expressará estar ciente e de acordo com todas as especificações técnicas, bem como a quantidade e tipo de material e mão-de-obra a empregar, tendo ainda dirimido todas as dúvidas quanto às interpretações deste Termo de Referência.

6.4. É de responsabilidade da contratada a ocorrência de eventuais prejuízos ou erros no dimensionamento da proposta, caso a vistoria não seja realizada pela licitante, conforme decisão do TCU (acórdão 3459/2012 - Plenário).

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. Para a contratação objeto deste Termo de Referência, se propõe a implementação de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Global – cuja justificativa detém relevância na natureza da contratação de serviço de engenharia na qual o fornecimento de materiais e mão de obra deverá ocorrer sob a responsabilidade de uma única empresa, tendo em vista que a divisibilidade do objeto coloca sob risco a qualidade técnica, a perda da uniformidade do conjunto fornecido.

### **7. I. Da Vigência & da Garantia dos Materiais/Serviços**

7.2. A execução dos serviços será iniciada na data da ordem de serviço de início, e terá prazo de 120 (cento e vinte) dias para execução do projeto;

7.3. A contratada poderá sugerir modificações no cronograma de execução dos serviços (Anexo 1-D deste Termo), desde que sejam autorizadas pela fiscalização do contrato, e respeitando o prazo máximo estabelecido no item 7.1.

7.4. A contratada deverá fornecer acompanhamento técnico para sanar dúvidas, possíveis correções de inconsistências do projeto e orientação técnica durante a futura execução dos serviços oriundos do resultado da presente contratação.

7.5. A ordem de serviços de início somente será emitida após a apresentação, por parte da contratada, da seguinte documentação:

7.5.1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) assinado pela contratada;

7.5.2. Cronograma de execução dos serviços assinado pela contratada.

7.6. O pagamento será realizado por execução de projetos conforme cronograma físico-financeiro;

7.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.8. O prazo de vigência contratual será 6 (seis) meses.

7.9. A contratada deverá apresentar garantia dos projetos/serviços pelo prazo mínimo de 3 (três) anos.

### **7. II. Do Escopo dos Serviços**

7.10. Os projetos desenvolvidos serão das disciplinas de arquitetura, elétrica, climatização, automação e instrumentação. A contratada deverá, ainda, prestar serviços de orçamentação, das obras e serviços, além de consultoria e assistência técnica.

7.11. Todo o projeto deverá ser dimensionado de acordo com as normas vigentes para cada tipo de instalação ou estrutura. Deverão atender, à legislação municipal, estadual e federal quanto à preservação do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo, ao zoneamento e aos critérios de iluminação e ventilação de acordo com a região.

7.12. Em caso de edificações sujeitas a algum processo de aprovação ou certificação por órgãos competentes, serão fornecidas as normas que deverão ser atendidas para o dimensionamento e planejamento das mesmas.

7.13. Todos os projetos deverão conter plantas, desenhos detalhados, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamentos detalhados, composição de custo unitário dos serviços orçados e as respectivas anotações de responsabilidade técnica de projeto e orçamento devidamente registradas no conselho profissional.

7.14. O projeto completo deverá ser entregue em duas vias impressa devidamente assinada e identificada. Os desenhos deverão ser apresentados em pranchas de tamanho adequado para manuseio e em escala compatível para a perfeita visualização das informações. As especificações técnicas, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias deverão estar encadernadas. Juntamente a cada via deverá ser anexada à respectiva ART ou RRT.

7.15. Para cada entrega parcial de conferência, detalhamento e aprovação deverá ser entregue uma cópia digital e uma cópia em papel.

7.15.1. Toda a documentação técnica deverá ser disponibilizada à instituição em arquivo digital (dwg, xlsx, docx, pdf).

7.16. Caso seja necessário, durante o processo de regularização e execução da obra ou serviços, poderão ser solicitados aos autores dos projetos esclarecimentos a respeito de detalhes ou dimensionamentos

realizados. Se necessário, poderá ainda ser solicitada a assinatura de novas cópias dos projetos.

7.17. O projeto, no ato da entrega, sempre que necessário, deverá estar aprovado pelo órgão competente em cada área de atuação, a exemplo da concessionária de energia elétrica, companhia de saneamento básico, Corpo de Bombeiros, Prefeitura Municipal, órgão ambiental, etc. Essa aprovação deverá ser comprovada através de documento emitido pelo órgão no qual conste claramente que o projeto foi desenvolvido de acordo com as normas vigentes e que o mesmo tem autorização para a execução na forma proposta.

### **7. III. Das Normas e Regulamentações**

7.18. IFLA Principles for the Care and Handling of Library Material - IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions)

7.19. ABNT – NBR 16401/2008: Instalações Centrais de Ar Condicionado – Sistemas centrais e unitários – Parte 1: Projetos de instalações.

7.20. ASHRAE: American Society of Heating, Refrigeration and Air Conditioning Engineers Directives en matiere d'environnement pour les musees. CCIICC (Institut canadien de conservation): feito com ICC base no capitulo dedicado aos museus, galerias, arquivos e bibliotecas do manual da American Society of Heating, Refrigeration, and Air Conditioning Engineers Inc. (ASHRAE), documento dedicado aos engenheiros responsaveis pelo projeto, manutencao e operacao de sistemas de aquecimento, ventilacao e ar condicionado (HVAC: heating, ventilating and air conditioning) em edificio onde existem acervos patrimoniais.

7.21. SMACNA: Sheet Metal and Air Conditioning Contractors National Association

7.22. ASTM: Association Society for Testing and Materials

7.23. AMCA STANDARD 99-2001-82: Ventiladores

### **7. IV. Dos Projetos Complementares, Memoriais e Planilhas**

7.24. Tratando-se de serviço de engenharia, deverá ser observado o disposto no inciso IX do art. 6º da lei 8.666/93. Cumpre ressaltar que o projeto básico deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar as obras ou serviços, sendo elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilitem a avaliação do custo das obras ou serviços, bem como a definição dos métodos e dos prazos de execução.

7.25. Os serviços técnicos envolvendo a elaboração e desenvolvimento completo para planejamento de todo o sistema de refrigeração, deverão contemplar a execução de:

7.25.1. Memorial descritivo contendo procedimentos e especificações.

7.25.2. Planilhas orçamentárias discriminadas por itens.

7.25.3. Cronograma físico-financeiro de execução de obra.

7.25.4. Informações preliminares.

7.25.5. Anteprojeto.

7.25.6. Estimativa global de custo a partir de uma ampla pesquisa de preços

7.26. Os projetos de diferentes especialidades deverão apresentar perfeita compatibilização entre si, refletidas também nas peças de memorial e planilhas orçamentárias do conjunto, de modo a não suscitar dúvidas, omissões, conflitos ou outras interpretações que venham a prejudicar sua integral execução.

7.27. O projeto de reforma e/ou adaptações deverão prever a execução das obras no menor prazo possível.

7.28. Toda documentação técnica elaborada deverá apresentar conformidade com as orientações complementares emanadas pela ANCINE, com os aditamentos e detalhamentos que se fizerem necessários para o atendimento aos atos normativos, à clareza e a boa técnica.

7.29. A elaboração dos projetos deverá primar ainda pela racionalização de custos e aproveitamento de recursos que propiciem maximização de eficiência energética e menor impacto ambiental.

### **7. V. Da Descrição dos Serviços**

7.30. Projeto para a instalação do sistema de refrigeração que irá compor as instalações do Arquivo Central da ANCINE localizado no imóvel Rua Morais e Vale nº 111/ 2º andar – Lapa – Rio de Janeiro – RJ.

7.31. O sistema deverá ser desenvolvido de modo a atender adequadamente tanto à área destinada ao acervo do arquivo da ANCINE, com área aproximada de 200 m², quanto à área destinada à guarda e

depósito de outros materiais (área com aproximadamente 180 m²), prevendo todos recursos necessários ao pleno funcionamento e as condições ideais de temperatura e umidade do ar.

7.32. A ANCINE possui uma composição de acervo documental composto basicamente por:

- 7.32.1. – Processos Administrativos em papel;
- 7.32.2. – DVDs, VHS e filmes;
- 7.32.3. – Livros;
- 7.32.4. – Periódicos em papel e documentos diversos.

7.33. O projeto deverá considerar medidas de proteção aos fatores de deterioração de acervos diretamente relacionados à climatização do ambiente como: pragas, poluentes, radiações (luz / IV / UV) e temperatura incorreta (temperatura e umidade relativa).

#### **7. V. i. Do Projeto de Rede Elétrica**

7.34. O projeto de instalações elétricas não estabilizadas deverá ser elaborado em conformidade com NBR 5410, NBR 5361/EB 185, NBR 6689/EB 154, NBR 14306, NBR 6808, NBR 6147, NBR 6148 e NR 10, ou as que vierem substituí-las, complementado no que couber pela norma IEC 60364 e atos normativos da concessionária de energia elétrica local, bem como orientações e instruções adicionais emanadas pela ANCINE.

7.35. O projeto complementar deverá ser elaborado com base nos seguintes levantamentos:

- 7.35.1. Vistoria das instalações elétricas desde a entrada até os quadros secundários incluindo o registro das proteções e cabos utilizados nas instalações do Escritório de acordo com as normas da ABNT, sugerindo os serviços, materiais e adaptações que se fizerem necessários;
- 7.35.2. Vistoria dos quadros de distribuição e painéis elétricos de acordo com as normas da ABNT, sugerindo os serviços, materiais e adaptações que se fizerem necessárias;
- 7.35.3. Elaboração de relatório detalhado das condições das instalações (Parecer Técnico) de acordo com as normas de segurança vigentes.

7.36. O projeto complementar deverá compreender todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da obra, devendo ser apresentado na seguinte forma:

- 7.36.1. Projeto unifilar com diagrama dos quadros geral, parciais de distribuição e força, com respectivos quadros de cargas.
- 7.36.2. Memorial do cálculo, incluindo:
  - 7.36.2.1. detalhamentos de montagens, tubulações, fixações e outros elementos necessários à infraestrutura e compreensão da execução.
  - 7.36.2.2. Os materiais especificados nos Projetos deverão possuir certificados aprovados pelo INMETRO.

#### **7. V. ii. Do Projeto de Ar Condicionado/ Desumidificação/ Exaustão**

7.37. O projeto de sistema de refrigeração deverá ser elaborado em conformidade com NBR 6401, EB 269, MB 476, NBR 10080/NB 643 da ABNT, ou as que vierem substituí-las, Portarias do Ministério da Saúde, complementado no que couber com orientações e instruções adicionais fornecidas pela ANCINE.

7.38. A execução da instalação do sistema, assim como os equipamentos e materiais a serem empregados, deverão atender às últimas revisões das Normas, Recomendações, Orientações, de cada uma das instituições a seguir : ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a NBR 16401; MinSaude – Ministério da Saúde / Vigilância Sanitária; SBCC – Sociedade Brasileira de Controle de Contaminação; ASHRAE – American Society of Heating, Refrigeration and Air Conditioning Engineers; ACGIH – American Conference of Governmental Industrial Hygienists; AMCA – Air Moving and Conditioning Association; ANSI – American National Standards Institute; ISO – International Standard Organization; IEC – International Electrotechnical Association; ASTM – American Society for Testing and Materials.

7.39. O projeto complementar deverá compreender todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da obra, devendo ser apresentado na seguinte forma:

- 7.39.1. Projeto de instalação dos equipamentos de ar condicionado *contained* a ar ou *split, self-contained* a água, central de água ou solução que melhor se adequar à proposta previamente autorizada pela ANCINE.
- 7.39.2. Projeto de rede de dutos, grelhas, difusores, *dampers*, etc., que garantam a

exaustão/ventilação/ desumidificação/ renovação do ar.

7.39.3. Projeto de tubulações hidráulicas, frigorígenas, elétricas, etc.

7.39.4. Diagrama unifilar de ligações elétricas de comando e força dos equipamentos.

7.39.5. Diagrama isométrico de tubulação hidráulica e refrigerante para sistemas divididos.

7.39.6. Memória de cálculo de carga térmica e dimensionamentos.

7.39.7. O projeto deverá ainda indicar detalhamentos de montagens, tubulações, fixações e outros elementos necessários à compreensão da execução.

7.40. Poderá ser efetuada a apresentação de projeto único incluindo soluções com combinação de mais de um tipo de condicionamento/exaustão, desde que não haja prejuízo de informações e/ou visualização do projeto.

7.41. Os equipamentos devem ser caracterizados de maneira a atender as exigências legais quanto ao emprego de gás refrigerante, quanto ao tipo de construção visando melhor eficiência e facilidade de obtenção de peças de reposição.

7.42. Deve fazer parte da Especificação Técnica o detalhamento dos tópicos que compõem o escopo do fornecimento e das instalações, tais como:

7.42.1. Equipamentos e seus componentes;

7.42.2. Rede de dutos, acessórios, suportes, pintura, isolamento térmico;

7.42.3. Rede frigorífica, acessórios, suportes, pintura e isolamento térmico;

7.42.4. Rede hidráulica, acessórios, suportes, pintura e isolamento térmico;

7.42.5. Rede elétrica, acessórios, suportes e pintura;

7.42.6. Rede de dreno, acessórios, suportes e pintura;

7.42.7. Sistema de automação;

7.42.8. Montagem e instalação;

7.42.9. Identificação das partes do sistema de acordo com o projeto;

7.42.10. Testes, ajustes e balanceamento;

7.42.11. Obras Cíveis;

7.42.12. Remoção de equipamentos (caso se aplique);

7.42.13. Limpeza;

7.42.14. Serviços e instalações complementares;

7.42.15. Manual de operação e manutenção.

#### **7. V. II. a. Dos Equipamentos**

7.42.15.1. Especificar equipamentos cujas características e coeficientes de performance (COP) apontem para os melhores equipamentos na relação custo x benefício, procurando ampliar o leque de fabricantes e fornecedores.

7.42.15.2. As especificações deverão cobrir os requisitos mínimos de seleção de equipamentos e componentes, abrangendo características técnicas, operacionais e construtivas adicionando procedimentos de inspeção e ensaios, quando cabíveis.

7.42.15.3. Posicionar os equipamentos visando otimização de espaço e redução de ruído e vibração.

### **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

8.1. Para a gestão do contrato, serão nomeados um fiscal técnico e um fiscal administrativo, cujas respectivas atribuições estarão indicadas na própria portaria de nomeação.

8.2. A Contratada deverá designar um preposto para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos. Além disso, a Contratada deverá fornecer um endereço de e-mail para comunicação oficial com a fiscalização.

8.3. Para efeito de pagamento, os serviços serão medidos de acordo com a planilha de custos e formação de preços (ANEXO 1-C deste Termo de Referência).

8.4. A conformidade dos serviços será avaliada pela fiscalização técnica, segundo os padrões estabelecidos nas normas da ABNT, nos cadernos de encargos do SINAPI e nos manuais dos fabricantes,

quando for o caso.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os projetos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Termo de Referência em até 5 dias úteis após o recebimento dos projetos em qualquer fase de recebimento.

9.2.1. Recusar o pagamento dos projetos/serviços que não estiverem sendo prestados de acordo com o proposto e contratado.

9.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

9.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja

inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

10.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

10.26. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

10.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria



profissional;

10.28. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

10.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.31. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

10.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

10.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.34. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

10.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

10.36. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

10.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

10.39. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

10.40. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

10.41. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

#### **10. I. Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental**

10.42. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

10.43. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1,

de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.43.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

10.43.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

10.43.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

10.43.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

10.44. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

10.44.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

10.44.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.44.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

10.44.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

10.44.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

10.44.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.44.2.5. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

10.44.2.6. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.45. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

10.45.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

10.45.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de

Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

10.45.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

10.45.4. Observar as práticas de sustentabilidade previstas no artigo 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4. Os projetos elaborados serão supervisionados, avaliados e aprovados pela ANCINE que deverá designar servidor para os devidos procedimentos de análise, mantendo com a contratada a interlocução para definição e aprovação do projeto final que atenda aos interesses e características exigidas pela ANCINE.

13.5. Acompanhamento da qualidade técnica do projeto com as condições e critérios exigidos pela ANCINE durante a execução dos serviços, constará em ATA, assinada por representantes da licitante e representantes da ANCINE.

13.6. A ANCINE terá livre iniciativa de definir e exigir, em qualquer fase de elaboração dos serviços/projetos, detalhamentos, modificações, justificativas e nível de qualidade técnica dos projetos, atendendo aos interesses institucionais da ANCINE.

13.7. Quando verificado o não atendimento da qualidade técnica, econômica, funcional e ambiental do projeto, bem como detalhamentos e modificações solicitadas, de acordo com os interesses da ANCINE, o contrato de serviço poderá ser rescindido, independente da fase de elaboração do projeto.

13.8. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.10. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.11. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.12. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único

servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.13. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará os critérios estabelecidos neste Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.13.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.14. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.15. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.16. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.17. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.18. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.19. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.20. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.21. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### **13. I. Das Disposições Gerais**

13.23. O Orçamento apresentado deverá prever por Empreitada Global todos os serviços de mão de obra e o fornecimento de todos os materiais necessários para a realização dos projetos;

13.24. Qualquer discrepância porventura observada, que possa trazer dúvidas ou embaraços ao desenvolvimento do serviço deverá ser esclarecida junto à ANCINE, antes da proposta do orçamento. Caso isto não ocorra prevalecerá sempre a interpretação que favoreça a ANCINE.

13.24.1. Nestas condições, qualquer omissão do presente Termo de Referência, não justificará inexecução ou a execução fora das normas e da boa técnica;

13.25. Reserva-se à FISCALIZAÇÃO o direito de impugnar o andamento dos serviços desde que não satisfaçam o que está contido nestas especificações, obrigando-se a contratada a refazer por sua conta e risco o que for impugnado, refazendo tudo de acordo com as mesmas especificações.

13.25.1. Não será motivo para prorrogação de prazo, a necessidade de refazer qualquer serviço que a Fiscalização da ANCINE venha a recusar por má execução.

13.26. É vedada à contratada, a participação – direta ou indiretamente – da licitação ou da execução

da obra ou serviço resultante dos projetos desenvolvidos, salvo na condição de consultor técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, nos termos do artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

13.27. A prestação dos serviços obedecerá às exigências e procedimentos constantes neste termo de referência.

13.27.1. Os profissionais devem atender com presteza às solicitações e ter responsabilidade com as atividades desenvolvidas.

13.27.2. A contratada executará os serviços com estrita observância à metodologia, organização, tecnologia e recursos materiais por ela propostos, nos termos da planilha apresentada em anexo a este termo de referência.

13.27.3. Não existirá para a ANCINE qualquer solidariedade quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da contratada, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

13.27.4. A contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente os referentes à segurança e a medicina do trabalho.

13.27.5. É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca dos serviços a que se refere este termo de referência, salvo se houver prévia autorização da ANCINE.

13.27.6. É expressamente proibida, também, durante a execução dos serviços, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da ANCINE.

### **13. II. Da Responsabilidade Técnica & da ART**

13.28. É responsabilidade da CONTRATADA, a boa execução e a eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o estabelecido pela legislação municipal, código de defesa do consumidor, código civil e as determinações do Conselho Regional de Engenharia, CREA, ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, CAU, devendo atender e realizar o registro para cada projeto, do cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária correspondentes, e consultoria elaborados (ART ou RRT), procedendo ao devido pagamento da guia de recolhimento, em cumprimento do art. 3º da Resolução nº 361, de 1991; art. 102 '4º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 e da Súmula 260 do Tribunal de Contas da União, além dos demais encargos contidos nas cláusulas contratual, edital de licitação e no presente Termo de Referência.

13.29. A CONTRATADA deverá assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento dos materiais ou serviços, objeto do Contrato, e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela ANCINE.

### **13. III. Do Direito de Repetição**

13.30. Os direitos autorais do projeto serão de propriedade do autor, sendo esta autoria atestada pela sua correspondente ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

13.31. Os direitos patrimoniais serão cedidos à ANCINE nos termos do artigo 111 da Lei 8.666/93.

13.32. A ANCINE terá plenos direitos de repetição do projeto solicitado à contratada, podendo, se lhe convier, repeti-lo exclusivamente dentro das Unidades da ANCINE existentes ou em áreas que por ventura venha a alugar/adquirir. Cada repetição deverá ser comunicada através de ofício emitido pela ANCINE à empresa autora dos projetos.

## **14. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

14.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

14.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

14.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

14.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos a contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

14.2.1.5. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

14.2.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

14.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14.6. O pagamento à Contratada será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento de cada etapa, mediante a apresentação da Nota Fiscal-Fatura devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

## **15. PAGAMENTO**

15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 dias, contados do recebimento

da Nota Fiscal/Fatura.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do serviço, conforme este Termo de Referência.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.4.1. o prazo de validade;

15.4.2. a data da emissão;

15.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

15.4.4. o período de prestação dos serviços;

15.4.5. o valor a pagar; e

15.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.6.1. não produziu os resultados acordados;

15.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo

por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

## **16. REAJUSTE**

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional da Construção Civil – INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **17. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

17.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

17.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

17.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

17.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº



- 17.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 17.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 17.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - 17.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - 17.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 17.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 17.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 17.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 17.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 17.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 17.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 17.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 17.12. Será considerada extinta a garantia:
- 17.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - 17.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 17.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 17.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Edital e no Contrato.

## 18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 18.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 18.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 18.1.3. fraudar na execução do contrato;
  - 18.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
  - 18.1.5. cometer fraude fiscal;
  - 18.1.6. não manter a proposta.
- 18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 18.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2. **Multa de:**

18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

18.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.2.7. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.2.8. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

18.2.2.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**TABELA 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**TABELA 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades	01

º	do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

18.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.3.1. Documentação técnica a ser apresentada pelas Licitantes:

19.3.1.1. Registro da empresa na entidade profissional competente;

19.3.1.2. Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do profissional de nível legalmente habilitado, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de serviços de características similares ao objeto da contratação, a saber:

a) Projeto de instalações elétricas;

b) Projeto de refrigeração;

19.3.1.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

19.3.2. Valor Global: conforme planilha de composição de preços (ANEXO IC deste Termo de Referência);

19.3.3. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços (ANEXO IC deste Termo de Referência);

19.3.4. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

19.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

19.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 20. ANEXOS

ANEXO 1A - ATESTADO DE VISTORIA FACULTATIVA

ANEXO 1B - LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

ANEXO 1C - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ANEXO 1D - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ANEXO 1E - COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BDI



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Pereira De Matos, Analista Administrativo**, em 05/11/2019, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia De Abreu, Coordenador(a)**, em 05/11/2019, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Correia De Almeida, Gerente Administrativo, Substituto(a)**, em 07/11/2019, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Brasil Gomes Dias, Secretário de Gestão Interna**, em 08/11/2019, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1471281** e o código CRC **8C7B146A**.

### ANEXO 1A - ATESTADO DE VISTORIA FACULTATIVA

Empresa: \_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Declaramos, em atendimento ao previsto no Termo de Referência, Anexo I do edital, que foram vistoriados os locais onde serão executados os serviços e que somos detentores de todas as informações necessárias à elaboração da proposta.

Declaramos, ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que viermos a celebrar, caso a nossa empresa seja a vencedora.

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO PROFISSIONAL (REPRESENTANTE CREDENCIADO)

CARIMBO E ASSINATURA DO SERVIDOR DA ANCINE

ANEXO IC - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ETAPAS		CUSTOS "R\$"
1	Projetos Complementares	"a + b"
1.1	Rede Elétrica	a
1.2	Sistema de Refrigeração	b
2	Orçamentação	"c + d"
2.1	Planilha de Custos	c
2.2	Cronograma Físico-Financeiro	d

ANEXO ID - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Sistema de Refrigeração da unidade de arquivamento do Escritório Central da ANCINE

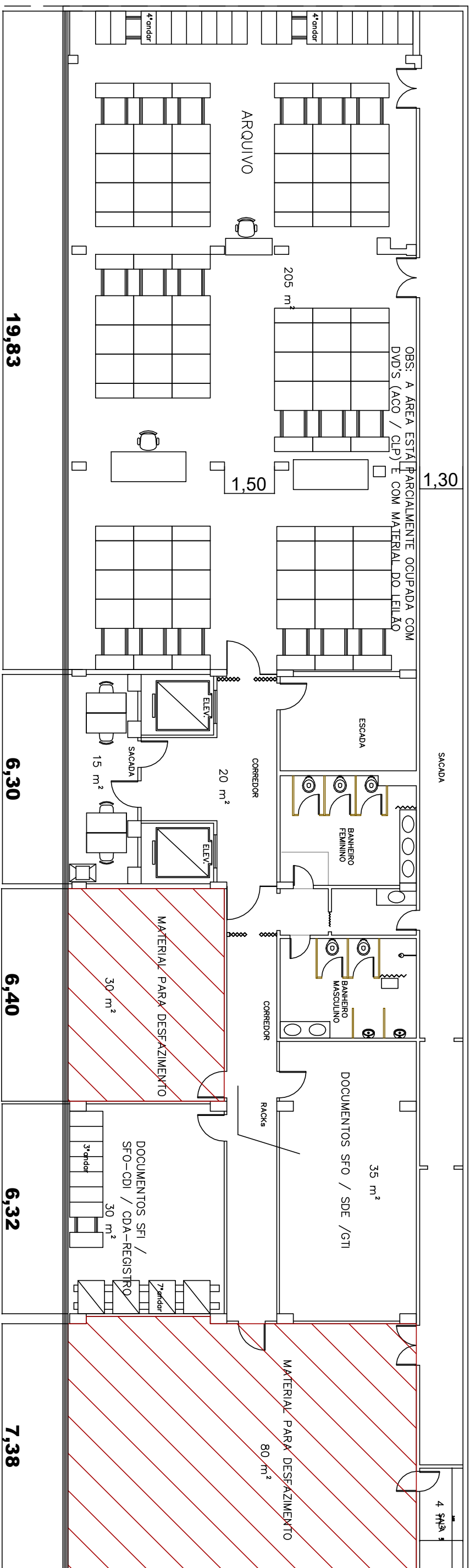
ETAPAS		Projeto do Sistema				CUSTOS
		1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	
1	Projetos Complementares	25%	25%	25%	25%	100%
	Rede Elétrica					R\$ _____
	Sistema de Refrigeração					
	Planilha de Custos					
	Cronograma Físico-Financeiro					

ANEXO IE - COMPOSIÇÃO DE TAXA DE BDI

MODELO DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BDI		
<b>1. Administração Central - ADM</b>		<b>3,17%</b>
1.1 - Pessoal	2,30%	
1.2 - Gastos Gerais	0,87%	
<b>2 - Despesas Financeiras - DEF</b>		<b>1,28%</b>
2.1 - Seguros	0,38%	
2.2 - Juros e outros Custos Financeiros	0,90%	
<b>3 - Riscos e Imprevistos - RIS</b>		<b>0,81%</b>
3.1 - Riscos e imprevistos	0,81%	
<b>4 - Despesas Legais - IMP</b>		<b>5,65%</b>
4.1 - PIS (Programa de Integração Social)	0,65%	
4.2 - ISS (Imposto Sobre Serviço)*	2,00%	
4.3 - COFINS	3,00%	
<b>5 - Lucro Bruto – LB</b>		<b>8,00%</b>
<b>BDI= (1+LB) x (1+ADM) x (1+DEF) x (1+RIS) x (1/ (1-IMP)) -1</b>		<b>20,58%</b>

**Referência:** Processo nº 01416.023310/2017-30


SEI nº 1471281



## LEGENDA

ÁREAS A SEREM LIBERADAS APÓS O  
LEILÃO

RUA MORAIS E VALE

<div> <div>  </div> <div> <p>PLANTA BAIXA</p> <p>2º PAVIMENTO</p> </div> </div>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA</p> <p>RUA MORAIS E VALE, 111 – LAPA</p> <p>RIO DE JANEIRO – RJ</p>		<p>LOCALIZAÇÃO</p> <p>RIO DE JANEIRO – RJ</p>	<p>PAV.</p> <p>2º</p>
	<p>RESP.</p>		<p>TIPO DO PROJETO</p> <p>PLANTA BAIXA</p>	
	<p>ARTHUR DE AZEVEDO ROSA / DESENHISTA CADISTA</p>			
	<p>ESCALA</p> <p>1/125</p>	<p>UNIDADE</p> <p>METROS</p>	<p>DATA</p> <p>18/06/2019</p>	<p>FOLHA</p> <p>1/1</p>
<p>NOME DO ARQUIVO</p> <p>AN-RJ3-2PAV-062019-1.DWG</p>		<p>REV.</p> <p>0</p>		